

**CORREGEDORIA ELEITORAL**

(NÃO HÁ PUBLICAÇÕES NESTA DATA)

**GABINETES JUÍZES MEMBROS****ATOS DOS JUÍZES MEMBROS****Decisões****EXTRATO Nº 12/2010**

PROTOCOLO: 3406462008 – RECURSO ELEITORAL – RE Nº 5542

PROCEDÊNCIA: SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO – RELATOR: NEY TELES DE PAULA  
RECORRENTE: MANOEL FRANCISCO DO NASCIMENTO BEM NETO

Adv. Isau dos Santos OAB/GO 10852

DECISÃO: “(...) CONHEÇO E NEGO PROVIMENTO AO PRESENTE RECURSO, POR SUA MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA, MANTENDO-SE A SENTENÇA ORA RECORRIDA, COM FULCRO NO ART. 47, INCISO XIX DO REGIMENTO INTERNO DO TRE/GO. P.R.I. GOIÂNIA, 13 DE JANEIRO DE 2010. DESEMBARGADOR NEY TELES DE PAULA – RELATOR”

PROTOCOLO: 347252009 – RECURSO ELEITORAL – RE Nº 6176

PROCEDÊNCIA: VALPARAÍSO DE GOIÁS – RELATOR: NEY TELES DE PAULA  
RECORRENTE: COMITÊ FINANCEIRO MUNICIPAL PARA VEREADOR DO PHS

Adv. Paulo Cesar da Silva Rodrigues OAB/GO 21421

DECISÃO: “(...) CONHEÇO E DOU PARCIAL PROVIMENTO AO PRESENTE RECURSO, PARA REFORMAR A SENTENÇA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA E CONSIDERAR PRESTADAS AS CONTAS DO COMITÊ FINANCEIRO MUNICIPAL PARA VEREADOR DO PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE DE VALPARAÍSO DE GOIÁS/GO, REFERENTE ÀS ELEIÇÕES DE 2008 (...). P. R. I. GOIÂNIA, 13 DE JANEIRO DE 2010. DESEMBARGADOR NEY TELES DE PAULA – RELATOR”

Goiânia, 19 de janeiro de 2010.

Maurício Simplício Nascimento - Coordenador

**DIRETORIA GERAL**

(NÃO HÁ PUBLICAÇÕES NESTA DATA)

**TRIBUNAL PLENO****Atos do Tribunal Pleno****Resoluções****Resolução nº 160/2010**

RESOLUÇÃO Nº 160/2010 - Dispõe sobre a aquisição, locação e uso de veículos da Justiça Eleitoral em Goiás, em conformidade com a Resolução nº 83/2009, do Conselho Nacional de Justiça.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 13, inciso XI, da Resolução TRE/GO nº 115, de 02 de agosto de 2007 – Regimento Interno, e

Considerando a necessidade de uniformização das regras gerais para aquisição, locação e uso de veículos no âmbito do Poder Judiciário brasileiro;

Considerando o disposto no artigo 17 da Resolução nº 83, de 10 de junho de 2009, do Conselho Nacional de Justiça;

Considerando o disposto na Lei nº 9.507, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro;

Considerando o disposto na Lei nº 9.660, de 16 de junho de 1998, que dispõe sobre a substituição gradual da frota oficial de veículos;

Considerando o disposto no Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, que dispõe sobre o uso de veículos oficiais pela Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

Considerando o disposto no Regulamento Interno da Secretaria e da Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, Resolução nº 113, de 14 de maio de 2007;

Considerando a Resolução TRE-CE nº 382, de 23 de outubro de 2009, que dispõe sobre a frota oficial de veículos daquele Regional;

Considerando a decisão proferida pelo Tribunal de Contas da União na Tomada de Contas nº 005.086/2002-4, Acórdão nº 227, de 26 de março de 2003;

Considerando a necessidade de disciplinar a aquisição, alienação, locação, condução, utilização, manutenção, cessão, requisição e controle dos veículos da frota deste Tribunal;

Considerando a necessidade e conveniência de regras claras e transparentes no uso do patrimônio público por seus agentes, RESOLVE:

## CAPÍTULO I

### DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** Esta Resolução disciplina a aquisição, alienação, locação, condução, utilização, cessão, requisição e controle dos veículos da frota oficial do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, em conformidade com a Resolução nº 83/2009, de 10 de junho de 2009, do Conselho Nacional de Justiça.

**Art. 2º** Os veículos que compõem a frota do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, sejam próprios, locados ou postos à sua disposição por qualquer meio, são considerados "oficiais", para fins desta Resolução.

**Art. 3º** Os veículos oficiais da frota do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás são classificados, para fins de utilização, em:

I – veículos de representação;

II – veículos de serviço.

**Art. 4º** É obrigatória a divulgação, até 31 de janeiro de cada ano, da lista de veículos oficiais utilizados, com a indicação das quantidades em cada uma das categorias definidas no art. 3º desta Resolução, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e em espaço permanente e facilmente acessível de seu sítio na rede mundial de computadores.

**Art. 5º** É vedada a concessão de verba destinada ao custeio de abastecimento ou manutenção de veículos particulares de magistrados e servidores, bem como o fornecimento de combustíveis para o mesmo fim.

Parágrafo único. Não se compreende na presente vedação:

I – a fixação de limites mensais, não cumulativos e em montante razoável, condizente com as necessidades do serviço, de gastos de abastecimento e manutenção dos veículos oficiais;

II – a indenização de transporte ou concessão de ajuda de custo devida em razão de deslocamento eventual, remoção ou movimentação, no interesse da administração, de magistrado ou servidor, inclusive oficial de justiça.

## CAPÍTULO II

### DO USO DOS VEÍCULOS

**Art. 6º** Os veículos pertencentes ao Tribunal Regional Eleitoral de Goiás e os que estiverem à sua disposição somente poderão ser utilizados em atividades afetas à Justiça Eleitoral.

**§ 1º** Os agentes públicos da Justiça Eleitoral, ao fazerem uso dos veículos oficiais, deverão observar os princípios que regem a Administração Pública, principalmente os da eficiência e da moralidade, evitando diligências redundantes, desnecessárias ou que ofendam a moralidade administrativa.

**§ 2º** As diversas Unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás deverão pautar suas ações de forma

coordenada e planejada, agrupando as diligências comuns, principalmente em viagens pelo interior do Estado, a fim de se evitar deslocamentos desnecessários.

**§ 3º** Deverão, igualmente, planejar suas ações a fim de evitar que, em um mesmo dia, sejam realizados vários deslocamentos a um mesmo local.

**Art. 7º** O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás contará com 02 (dois) veículos oficiais de representação (art. 3º, inciso I), que serão utilizados exclusivamente pelo Presidente e pelo Vice-Presidente e Corregedor.

**Art. 8º** Os veículos de serviço (art. 3º, inciso II) serão utilizados para transporte de materiais e pessoas, inclusive:

a) para participar de atividades de formação inicial ou continuada de magistrados, promovidas ou reconhecidas formalmente por escola nacional ou por este Tribunal;

b) a eventos institucionais, públicos ou privados, em que o usuário compareça para representar oficialmente o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás;

c) a estabelecimentos comerciais e congêneres, sempre que seu usuário se encontrar no estrito desempenho de função pública.

**Art. 9º** É vedado o uso dos veículos oficiais, inclusive locados:

I – aos sábados, domingos, feriados e recessos forenses, ou em horário fora do expediente do Tribunal, exceto para os serviços de plantão e para o desempenho de outros serviços inerentes ao exercício da função pública;

II – em qualquer atividade estranha ao serviço judiciário;

III – no transporte de pessoas não vinculadas aos serviços judiciários, ainda que familiares de agente público;

IV – no transporte individual de agentes públicos da sua residência ao local de trabalho e vice-versa, salvo o Presidente, o Vice-Presidente e os Juízes-Membros;

V – em excursões, passeios, deslocamentos até casas de diversão, shoppings, supermercados, estabelecimentos de ensino e congêneres, salvo para o desempenho de encargos inerentes aos serviços da Justiça Eleitoral, devidamente justificados na requisição de veículos;

VI – com placas não-oficiais;

VII – com a falta de identificação, nos termos do art. 17 desta Resolução;

VIII – para o traslado de agentes públicos a locais de embarque e desembarque no local de destino, hospedagem, alimentação e congêneres, quando aqueles forem indenizados de acordo com o art. 58 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 ou nos termos de regime equivalente, quando servidor de outra esfera.

**Art. 10** Ao término da circulação diária, inclusive nos finais de semana, os veículos oficiais serão recolhidos à garagem oficial dos prédios da Justiça Eleitoral em Goiás, onde possam estar protegidos de danos, furtos e roubos, não se admitindo sua guarda em residência de magistrados, de servidores ou de seus condutores.

Parágrafo único. O veículo oficial poderá ser guardado fora de garagem oficial:

I – havendo autorização expressa do Presidente ou do Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, desde que o condutor do veículo resida a grande distância da garagem ou do local oficial destinado à guarda do veículo;

II – nos deslocamentos a serviço em que seja impossível o retorno dos agentes no mesmo dia da partida;

III – em situações em que o início ou o término da jornada diária ocorra em horários que não disponham de serviço regular de transporte público;

IV – quando em manutenção, ocasião em que a responsabilidade caberá à empresa contratada para o serviço.

**Art. 11** Sem prejuízo da fiscalização exercida pelas autoridades da polícia de trânsito, qualquer cidadão poderá comunicar o uso irregular de veículo oficial à Presidência, à Corregedoria, à Diretoria-Geral ou à Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, bem como ao Conselho Nacional de Justiça ou ao Ministério Público.

Parágrafo único. O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, quando comunicado, promoverá a abertura de procedimento administrativo para apuração e adoção das medidas para ressarcimento do erário e punição dos responsáveis, se comprovado o dolo ou culpa do agente condutor do veículo e do agente público conduzido, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**Art. 12** Somente serão aceitas requisições de veículos preenchidas em formulário-*web* (Sistema Máximo), disponível na página da *Intranet* do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.

**§ 1º** O Presidente, o Vice-Presidente e o Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás ficam dispensados dessa exigência, sendo suficiente sua ordem verbal, cabendo ao Chefe da Seção de Segurança e Transporte preencher o formulário de requisição de veículo, com a observação “ordem verbal”.

**§ 2º** Ao preencher o campo “justificativa” do formulário de requisição de veículos, o requisitante deverá fazê-lo de forma clara e pormenorizada, vedadas justificativas genéricas, obscuras, omissas ou que, de qualquer forma, inviabilizem a verificação de sua lisura, conveniência e oportunidade.

**§ 3º** Os motoristas somente poderão se deslocar dentro do itinerário informado pelo requisitante, no campo próprio do formulário “requisição de veículos”. No decorrer da diligência, verificada a necessidade de mudança no itinerário, o requisitante deverá apresentar justificativa no campo “observações” do formulário impresso da requisição de veículos, o qual deverá ser datado e assinado.

**§ 4º** As requisições de veículo deverão ser enviadas à Seção de Segurança e Transporte com, no mínimo, 01 (uma) hora de antecedência, com vistas a não comprometer o atendimento do pedido, obrigatoriedade que deverá ser comunicada às

Unidades deste Tribunal pela Secretaria de Administração e Orçamento.

**§ 5º** Quando o serviço a ser realizado demandar tempo superior a 20 (vinte) minutos de espera, o solicitante deverá agendar o retorno na Seção de Segurança e Transporte.

**Art. 13** Somente o Presidente, o Vice-Presidente, o Diretor-Geral, os Secretários, os Coordenadores, os Assessores (CJ-01 e superior) e Chefes de Seção poderão requisitar veículos.

**Art. 14** As requisições que exigirem o deslocamento para fora da região metropolitana de Goiânia deverão ser encaminhadas com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, com vistas a possibilitar o seu atendimento, bem como a realização do respectivo pedido/pagamento de diárias aos motoristas terceirizados, quando for o caso, ou a abertura de procedimento administrativo relativo à solicitação de diárias dos servidores, nos demais casos.

**§ 1º** Após enviadas pela página da *Intranet*, as requisições que ensejarem o pagamento de diárias deverão ser impressas e apresentadas à Seção de Segurança e Transporte, devendo constar as anuências do Secretário da Unidade requisitante, do Secretário de Administração e Orçamento e a autorização do Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.

**§ 2º** É de responsabilidade do requisitante providenciar as anuências e a autorização a que se refere o parágrafo anterior.

**§ 3º** Os deslocamentos em veículos oficiais terão início e fim na sede deste Tribunal ou em seus Anexos, devendo os condutores se dirigir a esses locais e, quanto aos passageiros, neles embarcar e/ou desembarcar. Perderá o caráter oficial o deslocamento a residências e localidades divergentes das constantes nesta Resolução ou a locais diversos dos descritos no itinerário da requisição.

**Art. 15** As requisições de veículos somente poderão ser atendidas nos horários e dias de funcionamento regulamentares deste Tribunal, estipulados na Portaria TRE/GO nº 538/2009.

**§ 1º** O requisitante deverá planejar a diligência, de modo que o horário marcado para a saída e o estimado para a chegada não afrontem o disposto na Portaria TRE/GO nº 538/2009.

**§ 2º** As requisições de veículo para os dias em que não houver expediente no Tribunal Regional Eleitoral de Goiás ou, ainda, para os dias úteis, fora do horário previsto na Portaria TRE/GO nº 538/2009, somente serão atendidas em casos excepcionais e respeitado o interesse público.

**§ 3º** Na ocorrência da situação descrita no parágrafo anterior, após o preenchimento via *Intranet*, a requisição deverá ser impressa e entregue, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, na Seção de Segurança e Transporte, dela devendo constar as anuências do Secretário da Unidade requisitante, do Secretário de Administração e Orçamento e autorização do Diretor-Geral do TRE-GO, para possibilitar o atendimento e respectivo pedido de pagamento pela prestação de serviços extraordinários.



**§ 4º** É de responsabilidade do requisitante providenciar as anuências e a autorização a que se refere o parágrafo anterior.

**Art. 16** As requisições que envolverem o uso de caminhão deverão ser solicitadas com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

**§ 1º** Fica excluída da responsabilidade dos condutores a carga/descarga dos materiais transportados.

**§ 2º** Compete à Unidade solicitante designar servidor para acompanhar a carga/descarga dos bens e materiais a serem transportados, bem como a sua entrega/recebimento.

**§ 3º** O disposto nos parágrafos anteriores se aplica a qualquer requisição que envolva o transporte de bens e materiais, inclusive processos e outros documentos.

### CAPÍTULO III

#### DA IDENTIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS

**Art. 17** Todo veículo oficial do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás conterá identificação, mediante inscrição externa e visível, do brasão das Armas da República (Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971) e do nome "Tribunal Regional Eleitoral de Goiás" ou a respectiva sigla "TRE-GO":

I – nas placas de fundo preto dos veículos de representação;

II – nas laterais dos veículos de serviço, acrescida da expressão "USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO".

**Parágrafo único.** Os números de identificação das placas dos veículos de uso exclusivo do Presidente e do Vice-Presidente não serão alterados, exceto no caso de exigência do órgão de trânsito competente.

**Art. 18** A identificação lateral consistirá em película auto-adesiva não reutilizável, a ser aplicada sobre as laterais da carroceria do veículo.

**Parágrafo único.** Nos veículos locados, a colocação e a retirada da identificação obrigatória será de responsabilidade do gestor do contrato de locação.

**Art. 19** É vedado o uso de placas comuns em veículos oficiais ou de placas reservadas em veículos particulares.

**Parágrafo único.** Por estritas razões de segurança pessoal do magistrado, poderá o Presidente ou o Tribunal Pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás autorizar, excepcionalmente, em decisão fundamentada, a utilização temporária de veículos, enquanto persistir a situação de risco:

I – com placas reservadas comuns no lugar das placas a que se refere o inciso I do artigo 17;

II – com placas comuns no lugar das placas reservadas, desde que previamente cadastradas no órgão de trânsito competente e no controle patrimonial deste Tribunal;

III – sem a identificação do órgão respectivo determinada pelo artigo 17.

### CAPÍTULO IV

#### DA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS

**Art. 20** A aquisição de veículos oficiais ficará condicionada à efetiva necessidade do serviço, à compatibilidade do dispêndio com o planejamento estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, à dotação orçamentária prévia correspondente e à observância das normas de licitação, observado o disposto no art. 6º da Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950.

**Art. 21** A renovação parcial ou total da frota poderá ser efetivada em razão da antieconomicidade decorrente de:

I – uso prolongado, desgaste prematuro ou manutenção onerosa;

II – obsolescência proveniente de avanços tecnológicos;

III – sinistro com perda total; ou

IV – histórico de custos de manutenção e estado de conservação que torne possível a previsão de que os custos de manutenção atingirão, em breve prazo, percentual antieconômico.

**Art. 22** Salvo nos casos de sinistro com perda total, a renovação parcial ou total da frota observará o prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contados da data de entrega do veículo a ser substituído.

**Art. 23** Os veículos oficiais deverão ser adquiridos na cor preta, com pintura do tipo "sólida".

**Art. 24** O porte, a potência e os itens de segurança e conforto dos veículos oficiais a serem adquiridos deverão ser condizentes com a legislação e a categoria de uso a que se destinem, vedada a aquisição de veículos de luxo.

**Parágrafo único.** Deverão ser adquiridos, preferencialmente, veículos fabricados com tecnologia de baixa emissão de gases poluentes e de baixo consumo de combustíveis.

### CAPÍTULO V

#### DA ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS

**Art. 25** Quando o veículo atingir o seu tempo de vida útil, deverá ser incluído na programação para alienação e será recolhido tão logo haja a abertura de procedimento administrativo com essa finalidade.

**§ 1º** Consideram-se como vida útil do veículo os seguintes parâmetros:

I – para automóveis de passeio: 5 (cinco) anos ou 100.000 (cem mil) quilômetros;

II – para utilitários: 7 (sete) anos ou 100.000 (cem mil) quilômetros;

III – para ônibus e caminhões: 10 (dez) anos ou 200.000 (duzentos mil) quilômetros.

**§ 2º** Caberá ao Chefe da Seção de Segurança e Transporte deste Tribunal, com base em justificativas técnicas ou extraordinárias, sugerir a conveniência de utilização do veículo além dos limites acima fixados.

**Art. 26** A alienação poderá ocorrer mediante venda, permuta, doação em pagamento ou doação, observadas as normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993.

## CAPÍTULO VI DA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

**Art. 27** A locação de veículos para uso oficial ficará condicionada à efetiva necessidade do serviço, à compatibilidade do dispêndio com o planejamento estratégico do Tribunal, à dotação orçamentária prévia correspondente, à observância das normas de licitação e à inviabilidade ou impossibilidade de uso ou insuficiência da frota oficial própria.

**Art. 28** A locação de veículos poderá ser realizada com ou sem motorista.

**Art. 29** Na locação de veículos, o porte, a potência, os itens de segurança e de conforto dos automóveis a serem locados deverão ser condizentes com a legislação e a categoria de uso a que se destinem, vedada a locação de veículos de luxo.

**Parágrafo único.** Deverão ser locados, preferencialmente, veículos fabricados com tecnologia de baixa emissão de gases poluentes e de baixo consumo de combustíveis.

## CAPÍTULO VII DA CONDUÇÃO DOS VEÍCULOS

**Art. 30** Os veículos oficiais do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás serão conduzidos por motoristas devidamente cadastrados no banco de dados do *software* de controle de veículos, utilizado pela Seção de Segurança e Transporte.

I – são autorizados a conduzir os veículos do TRE-GO:

a) os motoristas designados por empresa contratada pelo TRE-GO para realizar tais serviços;

b) os motoristas requisitados de outros órgãos da Administração;

c) os servidores do TRE-GO especialmente designados para este fim, nos termos da Portaria TRE-GO nº 825/2005.

**Art. 31** O condutor do veículo oficial, durante o período em que o veículo estiver sob sua responsabilidade, responderá pelas infrações de trânsito porventura cometidas.

**Art. 32** O condutor do veículo oficial que se envolver em acidente de trânsito somente responderá pelos danos causados se comprovado dolo ou culpa.

## CAPÍTULO VIII DA CESSÃO DE VEÍCULOS

**Art. 33** O Tribunal poderá, mediante deliberação do Pleno, ceder ou solicitar a cessão de veículos, mediante convênio com outros tribunais.

**Parágrafo único.** As despesas com material de consumo e serviços correrão por conta do cessionário, bem como as despesas com diárias dos condutores, que poderão ser realizadas diretamente pelo cessionário ou através de reembolso ao cedente.

## CAPÍTULO IX DO CONTROLE DOS VEÍCULOS

**Art. 34** Toda a frota do Tribunal deverá contar com controle de utilização, realizado pela Seção de Segurança e Transporte ou pelos Cartórios Eleitorais, de acordo com a localização do veículo, mediante o armazenamento das seguintes informações:

I – cadastro dos veículos, com suas características físicas, placas de identificação, documentação, estado de conservação e histórico de manutenção;

II – itinerário e horários de início e término de cada viagem, quilometragem, o nome dos respectivos requisitantes, usuários e condutores;

III – despesas pormenorizadas de manutenção e abastecimento, com a respectiva quilometragem apontada no hodômetro do veículo;

IV – controle de ocorrências de multas de trânsito ou sinistros, com ou sem dano ao erário, com a identificação dos responsáveis e a eventual reparação.

**Art. 35** Os veículos de representação utilizarão controle próprio, não sendo obrigatória a pormenorização de cada deslocamento.

## CAPÍTULO X DA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS

**Art. 36** Os veículos da frota do TRE-GO deverão realizar manutenções preventivas e corretivas, visando minimizar a ocorrência de falhas mecânicas.

**Parágrafo único.** Na manutenção dos veículos, deverão ser observadas as condutas previstas no manual do proprietário, sendo obrigatório, pela Seção de Segurança e Transporte, manter rígido controle dos serviços efetuados nos veículos.

## CAPÍTULO XI DO SEGURO DE VEÍCULOS

**Art. 37** Compete à Seção de Segurança e Transporte propor a contratação de seguro para os veículos oficiais, prevendo cobertura contra danos materiais e pessoais (responsabilidade civil facultativa – RCF e acidente por passageiro – APP), resultantes de sinistro, roubo, furto, colisão e incêndio.

**Art. 38** Em caso de furto ou roubo de veículo pertencente à frota do Tribunal, o condutor comunicará o fato imediatamente à Seção de Segurança e Transporte e registrará ocorrência na Delegacia de Polícia da circunscrição da ocorrência do fato.

**Parágrafo único.** A Seção de Segurança e Transporte acionará a empresa seguradora contratada, buscando o ressarcimento dos valores segurados.

## CAPÍTULO XII DAS MEDIDAS A SEREM ADOTADAS EM CASO DE ACIDENTES COM VEÍCULOS OFICIAIS

**Art. 39** Em caso de acidente sem vítima envolvendo veículo do Tribunal, o condutor do veículo acionará a Autoridade de Trânsito para as providências cabíveis.

**§ 1º** Ato contínuo, o condutor do veículo comunicará o acidente à Seção de Segurança e Transporte.

relatando horário, local, número de veículos envolvidos e se há a necessidade de substituir o veículo.

§ 2º Após liberação do veículo, o condutor providenciará o registro da ocorrência na Delegacia de Polícia Civil da circunscrição da ocorrência do fato, bem como o encaminhamento à garagem do TRE-GO para apuração da extensão dos danos, por meio de guincho da empresa seguradora ou da oficina contratada, no caso de impossibilidade de deslocamento do veículo.

**Art. 40** Em caso de acidente com vítima envolvendo veículo do Tribunal, o condutor acionará o Serviço de Atendimento de Emergência disponível para o socorro à vítima ou, caso haja possibilidade, prestará socorro imediato ao(s) ferido(s), utilizando, de preferência, pessoas e veículos que não estejam envolvidos no acidente, evitando desfazer a cena pericial.

§ 1º O condutor comunicará o acidente à Seção de Segurança e Transporte e tomará as demais medidas previstas no artigo anterior. Neste caso, deverão ser tomadas as medidas cabíveis para que seja realizada a perícia da Polícia Civil.

§ 2º Na impossibilidade da realização do contido no *caput* deste artigo, o condutor utilizará o próprio veículo para prestar socorro, caso haja condição de deslocamento.

§ 3º Havendo deslocamento do veículo oficial para socorro dos feridos, o condutor encaminhará o veículo, logo em seguida, à Delegacia de Polícia em cuja jurisdição ocorreu o acidente para o registro e realização da perícia.

§ 4º A Seção de Segurança e Transporte comunicará à chefia imediata do condutor o ocorrido, anexando o registro da ocorrência policial.

**Art. 41** A Seção de Segurança e Transporte apresentará relatório da ocorrência à Coordenadoria de Engenharia e Infraestrutura, opinando sobre as providências a serem adotadas.

Parágrafo único. O relatório servirá para apuração dos fatos, mediante Sindicância ou PAD, se for o caso, a ser proposto pela Coordenadoria de Engenharia e Infraestrutura e definição de eventuais responsabilidades, quando o acidente resultar em dano à Fazenda Pública ou a terceiros e houver indícios de que o motorista agiu com dolo ou culpa.

### CAPÍTULO XIII

#### DAS RESPONSABILIDADES DO SERVIDOR, DO COLABORADOR E DE TERCEIRO, NO CASO DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

**Art. 42** Caso a responsabilidade pelos danos causados em veículo oficial e/ou de terceiro seja de servidor ou colaborador do Tribunal, adotar-se-ão as seguintes medidas:

I – o servidor ou a empresa contratada (no caso de terceirizado), conforme o caso, arcará com as despesas decorrentes do acionamento do seguro (franquia e demais despesas, se houver);

II – caso o veículo não seja segurado, o servidor ou a empresa contratada (no caso de terceirizado),

conforme o caso, arcará com as despesas decorrentes da reparação do(s) veículo(s) em oficina da concessionária autorizada da marca ou em oficina contratada pelo TRE-GO, com aprovação prévia da Seção de Segurança e Transporte;

III – a Seção de Segurança e Transporte acompanhará a execução dos serviços de reparo do(s) veículo(s), para evitar qualquer comprometimento do TRE-GO.

Parágrafo único. Caso o responsável pelo acidente seja profissional alocado em posto de serviço de condução de veículo oficial, a Seção de Segurança e Transporte encaminhará expediente à empresa contratada informando o ocorrido e solicitando providências para o reparo do veículo ou o pagamento da franquia, conforme o caso, devendo ainda, no caso de veículo não segurado, acompanhar o reparo do veículo na oficina indicada pela contratada e previamente aprovada pela Seção de Segurança e Transporte (art. 43, inc. II), assegurando o reparo dos danos causados pelo profissional.

**Art. 43** Caso a responsabilidade pelos danos causados em veículo oficial seja de terceiros, e este se negue a pagar os reparos, a Seção de Segurança e Transporte acionará a empresa seguradora contratada, solicitando o reparo do veículo oficial.

Parágrafo único. Na hipótese de ocorrer o previsto no *caput* deste artigo, o Diretor-Geral adotará as providências legais, visando ao ressarcimento do valor da franquia do seguro.

### CAPÍTULO XIV

#### DAS INFRAÇÕES E MULTAS

**Art. 44** O condutor de veículo oficial será responsável pelos prejuízos resultantes de negligência, imprudência, imperícia, omissão ou abusos praticados, decorrentes de infrações às regras de trânsito.

Parágrafo único. Os pontos referentes à infração serão contabilizados na carteira de habilitação do condutor, conforme disciplinado no Código de Trânsito Brasileiro.

**Art. 45** Ao receber a notificação de infração de trânsito, a Seção de Segurança e Transporte identificará o condutor responsável pela ocorrência, utilizando-se dos registros de entrada e saída de veículos cadastrados no Sistema de Gerenciamento de Veículos, e deverá:

I – encaminhar a notificação ao condutor, com a ficha de controle de entrada e saída que o identificou, para preenchimento dos dados nos campos localizados no verso da notificação de trânsito e anexação da cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH);

II – remeter a notificação ao infrator, para pagamento ou autorização de desconto em folha;

III – acompanhar a baixa dos registros no sistema do DETRAN – GO.

**Art. 46** Quando o condutor responsável for profissional lotado em posto de serviço de condução de veículo oficial, a Seção de Segurança e Transporte anexará à notificação de infração de trânsito a ficha de controle que identificou o infrator e a encaminhará à empresa contratada para quitação do valor da infração.



Parágrafo único. A empresa contratada quitará o valor da infração e remeterá o comprovante de pagamento à Seção de Segurança e Transporte para acompanhamento da baixa dos registros no sistema do DETRAN – GO.

## CAPÍTULO XV

### DA CONSERVAÇÃO, DO ABASTECIMENTO E DA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS

**Art. 47** Compete à unidade detentora da carga patrimonial de veículo oficial manter os veículos oficiais limpos e em perfeitas condições de uso.

**Art. 48** O controle do abastecimento será realizado por meio de registros em planilha eletrônica.

Parágrafo único. A unidade detentora da carga patrimonial de veículo oficial manterá controle de médias de quilometragem por litro dos veículos oficiais.

**Art. 49** A unidade detentora da carga patrimonial de veículo oficial encaminhará, formalmente, o veículo à Seção de Segurança e Transporte para manutenção.

**Art. 50** Para manutenção de veículos, a Seção de Segurança e Transporte deverá:

I – receber a solicitação de reparo, acompanhada do veículo;

II – realizar a conferência das informações juntamente com o condutor do veículo, anotando na solicitação as anomalias detectadas;

III – verificar a etiqueta de óleo e a revisão programada;

IV – abrir a ordem de serviço e anotar as informações necessárias para posterior liberação à oficina;

V – encaminhar o veículo para reparo.

**Art. 51** Cabe aos condutores dos veículos adotarem, ao iniciar as atividades, os seguintes procedimentos:

I – verificar o nível de óleo do motor e o período previsto para a troca;

II – verificar o nível de água do sistema de arrefecimento e do sistema de lavagem do para-brisa;

III – vistoriar o veículo, identificando riscos, amassados e avarias em geral;

IV – verificar o estado dos pneus, bem como a pressão dos mesmos, inclusive do estepe;

V – verificar se os equipamentos obrigatórios estão em ordem (macaco, chave de rodas, triângulo, estepe etc.);

VI – verificar o nível do tanque de combustível e, se necessário, solicitar abastecimento;

VII – verificar se a documentação do veículo e o cartão de abastecimento estão em ordem;

VIII – verificar se o sistema de iluminação está em ordem e, caso contrário, solicitar o reparo;

IX – verificar se o veículo está limpo e, caso contrário, providenciar a sua limpeza;

X – verificar se há qualquer anomalia que impeça o uso normal e confiável do veículo, comunicando à chefia da Seção de Segurança e Transporte as providências necessárias à sua regularização.

## CAPÍTULO XVI

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 52** Excepcionalmente, quando impossibilitados de comparecer no serviço por meio próprio, os titulares das unidades e seus substitutos poderão se utilizar de veículo oficial disponibilizado pelo Tribunal.

**Art. 53** Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor-Geral deste Tribunal.

**Art. 54** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, aos 18 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dez.

Desembargador Floriano Gomes - Presidente

Desembargador Ney Teles de Paula  
Vice-Presidente e Corregedor

Dra. Ilma Vitório Rocha - Juíza Membro

Dra. Elizabeth Maria da Silva - Juíza Membro

Dr. Marco Antônio Caldas - Juiz Membro

Dr. Leão Aparecido Alves  
Juiz Membro Substituto

Dr. João Batista Fagundes Filho  
Juiz Membro

Dr. Alexandre Moreira Tavares dos Santos  
Procurador Regional Eleitoral

## Atas

### Ata da 2ª Sessão Ordinária

Ata da 2ª sessão ordinária do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, realizada em Goiânia, em treze de janeiro de dois mil e dez. Presidência da Sessão pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Floriano Gomes.

Aos treze dias do mês de janeiro ano de dois mil e dez, no Plenário Desembargador Geraldo Salvador de Moura do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, em Goiânia, presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Floriano Gomes, Presidente, e Ney Teles de Paula, Vice-Presidente e Corregedor, Juízes Ilma Vitório Rocha, Elizabeth Maria da Silva, Marco Antônio Caldas, Leão Aparecido Alves (Substituto), João Batista Fagundes Filho e o Procurador Regional Eleitoral, Alexandre Moreira Tavares dos Santos, realizou-se a 2ª sessão ordinária do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás. Às 17h08min, o Desembargador